



*Solução Ltda.*

De Fortaleza(CE) para Recife(PE), 03 de fevereiro de 2011.

Exm<sup>a</sup>. Sra.

Maria Juciane Ribeiro Alvino Rossato

MD Presidente da Comissão de Credenciamento do Banco do Brasil S/A  
Centro de Serviços e Logística – CSL/Recife.

### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 2010/74200016-SL(7420)**

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Excelentíssima Senhora,

**SOLUÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n.º 02.339.872/0001-04, com sede e foro na Cidade de Fortaleza/CE, com endereço à Av. Santos Dumont, 1699- sl. 101, em Fortaleza, Estado do Ceará, por conduto de seu representante legal, vem, com o mais elevado acatamento, com fulcro no item 9.1 do Edital de Credenciamento em epígrafe, combinado com a Lei n. 8666/93 de 21 de junho de 1993, no seu art. 109, I, a, e, ainda, escoimado no entendimento firme do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** no sentido de que o “**CREDENCIAMENTO**” atende e subordina-se aos princípios norteadores da Licitação, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão da douta Comissão de Licitação que declarou habilitadas e classificadas as empresas: (i) Bandeira Advogados Associados; (ii) Bureaux de Negócios e Serviços Ltda; (iii) Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda; (iv) Servcob – Serviço de Recuperação de Créditos Ltda; (v) Cercred – Central de Recuperação de Créditos Ltda; e, (vi) CSU Cardsystem S/A, para o certame em epígrafe, pelos fatos e fundamentos a seguir elencados.

Requer, desde logo, caso a douta Comissão de Credenciamento decida pela manutenção de sua decisão, o que se admite em caráter meramente hipotético, a subida dos autos à autoridade imediatamente superior, como assegura a lei.



*Solução Ltda.*

## **RAZÕES DO RECURSO**

O edital do procedimento em epígrafe tem como objeto o credenciamento de Pessoas Jurídicas (cujo objeto social preveja atividades referente à cobrança) até o número máximo indicado no seu Anexo 3.

Estabelece o citado edital, especificamente em seu item 6 – DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO, os critérios e normas para comprovação das qualificações/habilitações: jurídica, fiscal, econômico-financeira, e, qualificação técnica. Estabelece, ainda, critérios e normas para apresentação de documentos complementares (item 6.3).

Outrossim, o item 8 do Edital, dentre outras assertivas, reitera o PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO de origem legal e constitucional a ser observado:

### **"8. DOS IMPEDIMENTOS**

**8.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo de credenciamento interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:**

**I – não apresentarem a documentação exigida neste Edital até a data fixada ou apresentarem documentação em desacordo com as disposições deste edital."**

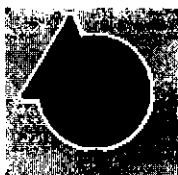
*(grifo nosso)*

No certame em tela, observa-se, *máxima vênia*, que restaram inobservadas pela douta Comissão de Credenciamento, diversos documentos em desacordo com o Edital que ensejariam, como de fato ensejam, a DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO DAS RESPECTIVAS EMPRESAS como adiante está, didaticamente demonstrado:

### **I - QUANTO À SOCIEDADE DE ADVOGADOS – BANDEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS:**

Trata-se de "SOCIEDADE DE ADVOGADOS" regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, submetida, portanto, aos ditames da Lei N. 8.906/94 – Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

*Av. Santos Dumont, 1699 – sala 101 – Aldeota – CEP: 60.150-160 - Fortaleza/Ce  
Fone/Fax (0xx85) 4008.0808 CNPJ: 02.339.872/0001-04  
e-mail : [solucaoltda@ig.com.br](mailto:solucaoltda@ig.com.br)*



*Solução Ltda.*

A natureza jurídica da recorrida (Sociedade de Advogados), por si só, afasta qualquer dúvida quanto à impossibilidade de sua participação no certame *sub oculos*. A lei retromencionada, estabelece vedação rigorosa para atividades mercantis através de Sociedade de Advogados.

É sabido, indubitavelmente, dada a literalidade do próprio texto, que o OBJETO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO EXCLUI, EM CARÁTER ABSOLUTO, QUALQUER ATIVIDADE ADVOCATÍCIA. O credenciamento destina-se a contratar serviços EXCLUSIVAMENTE EXTRAJUDICIAIS.

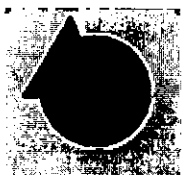
Inarredável a constatação de que a atividade objeto possui caráter mercantil, materializada pela venda de serviços de natureza administrativa (extrajudicial) e remuneradas com base na produção de cada contratada. Incompatível, portanto, com o exercício da advocacia por sociedades de advogados.

Importante resgatar o posicionamento do próprio Banco do Brasil S/A – CSL/Recife, em resposta à impugnação interposta por terceiro interessado, que, atento às disposições legais e ao próprio Edital de Credenciamento, NEGOU, PEREMPTORIAMENTE, A POSSIBILIDADE DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARTICIPAREM DO CREDENCIAMENTO EM QUESTÃO.

Não há falar que a atividade de cobrança extrajudicial esteja contemplada no estatuto social da recorrida, seja porquê de fato não está, seja porquê, assim estivesse, nula de pleno direito estaria por flagrante contrariedade à lei.

Uma leitura menos atenta dos estatutos sociais da recorrida pode ensejar interpretações equivocadas. Assim, reproduzimos abaixo as cláusulas segunda e terceira, que trata do objeto da recorrida, para dissipar, definitivamente, qualquer imbróglio nas suas interpretações:

*"Cláusula segunda – A sociedade tem por objetivo a prestação de serviços de advocacia, judicial e/ou extrajudicial e serviços de consultoria e assessoria jurídica empresarial em toda a sua plenitude, especialmente a cobrança de créditos de terceiros.*



*Solução Ltda.*

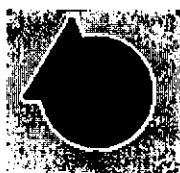
*Cláusula terceira - A sociedade tem por tipo jurídico o das sociedades civis de trabalho sem características mercantis, e se organizará nos moldes da Lei N. 8.906/94 e pelas disposições emanadas dos Conselhos Federal e Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil."*

A primeira observação a ser realizada é que a cláusula segunda acima transcrita, circunscreve o objeto já na sua primeira parte "A Sociedade tem por objetivo a prestação de serviços de advocacia, ...". Tudo o que se segue nesse objetivo geral depende, e com ele há de manter estrita relação. Assim, as atividades extrajudiciais reportadas no objeto da recorrida só podem ser consideradas válidas e legalmente factíveis, quando associadas ao trabalho de advocacia.

No presente caso, na prestação de serviço pretendida pelo Credenciamento, NÃO HÁ QUALQUER SERVIÇO DE ADVOCACIA. NÃO HÁ, SEQUER, QUALQUER POSSIBILIDADE DE TRABALHO DE ADVOCACIA.

Além do ABSOLUTO IMPEDIMENTO LEGAL DA RECORRIDA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE NATUREZA MERCANTIL - SERVIÇO DE COBRANÇA EXTRAJUDICIAL, sua admissão no processo de credenciamento, e, principalmente, sua eventual manutenção entre as empresas habilitadas/classificadas, improvável e que se admite por mera articulação do assunto, ATRAIRIA PARA O BANCO DO BRASIL S/A A RESPONSABILIDADE PELO COMETIMENTO DE OUTRA FLAGRANTE INCONSTITUCIONALIDADE/ILEGALIDADE, QUAL SEJA, A INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE CONSAGRADO PELA CARTA MAGNA E REPLICADA POR VASTA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À MATÉRIA, POR HAVER NEGADO O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO A OUTRAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS, TAL QUAL O TERCEIRO INTERESSADO JÁ CITADO. A CONSUMAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO, NÃO ISONÔMICO, ENSEJARÁ, POR CERTO, DEMANDAS REPARATÓRIAS POR UM SEM NÚMERO DE OUTRAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS PRETERIDAS NESTE CERTAME.

Também provável um sem número de provocações ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e de suas seccionais para manifestarem-se sobre o assunto, em vista de que o tema diz respeito à preservação do caráter não mercantilista próprio da atividade advocatícia.



*Solução Ltda.*

Resta, portanto, absolutamente comprovado o IMPEDIMENTO DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS BANDEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS, à luz do que dispõe a Lei N. 8.906/94; os itens 1.1 e 8.1, I do Edital de Credenciamento, impondo-se, por ser de justiça, a declaração de sua INABILITAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO no presente certame.

Não bastasse as razões acima expostas, OUTRA INOBSERVÂNCIA da douta Comissão de Credenciamento, "*FERE DE MORTE*" O EDITAL DE CREDENCIAMENTO. Passa-se a discutir:

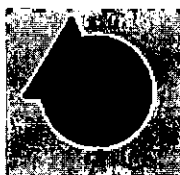
O item 6.3.1.3. (Qualificação Técnica) textualiza, de maneira clara, precisa e absolutamente completa, ou seja, sem qualquer previsão ou necessidade de INTERPRETAÇÕES EXTENSIVAS. Aliás, em matéria de Licitações/Credenciamentos inadmissível interpretações extensivas que possam beneficiar uns em prejuízo de outros. O JULGAMENTO DEVE SER PRECISO E TER POR BASE, RIGOROSAMENTE, AS PREVISÕES EDITALÍCIAS.

No presente caso, a SOCIEDADE DE ADVOGADOS - BANDEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS apresentou 06 (seis) atestados para fins de comprovação de Qualificação Técnica, a saber:

- Banco do Brasil S/A - Ceará: 1.516 clientes (média);
- Banco Ficsa S/A - Ceará: 11.418 clientes (média);
- Banrisul - 20 clientes (média) Não indica o Estado da Federação;
- Paraná Banco - Ceará: 01 cliente (média);
- Banco Renner - Ceará: 21 clientes (média);
- CEF/Porto Alegre - Não indica média - Não indica o Estado do Ceará.

Para fins de qualificação técnica, o Edital de Credenciamento definiu UM OU MAIS ATESTADOS, com as especificações ali consignadas, especialmente a exigência do NÚMERO MÍNIMO INDICADO NO ANEXO 4. O Anexo 4, por sua vez, definiu para o LOTE 3 A QUANTIDADE MÉDIA DE 11.862 CLIENTES NO ESTADO DO CEARÁ.

De logo, importa notar que NENHUM DOS ATESTADOS APRESENTADOS PELA SOCIEDADE DE ADVOGADOS ACIMA INDICADA EXPRESSA A QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA PELO EDITAL. SUA CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO, SUPÕE-SE, TENHA DECORRIDO DO SOMATÓRIO DAS QUANTIDADES EXPRESSAS NOS DIVERSOS ATESTADOS, QUE, SE CONFIRMADA, REPRESENTARIA UMA PRÁTICA ABSOLUTAMENTE DISTANCIADA DA NORMA EDITALÍCIA. A COMISSÃO DE



*Solução Ltda.*

CREDENCIAMENTO, CASO HAJA PROCEDIDO O SOMATÓRIO DE CLIENTES DE DIVERSOS ATESTADOS, O FEZ POR SUA PRÓPRIA CONTA E RISCO, JÁ QUE INEXISTE QUALQUER PREVISÃO NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO. NOVAMENTE, O PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO ATINGE, FRONTALMENTE, O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

**Ademais disso, nos causa espanto o número de operações que o Banco Ficsa S. A. (outorgante de atestado à empresa ora sob apreciação) possui no Estado do Ceará. E essa nossa observação é justificável face ao que se pode constatar de dados colhidos no site do Banco Central do Brasil (documento "2", anexo). "Quantidade de agências 1" ; Quantidade de contas de depósito à vista - 143, em 12/2010"; Quantidade de postos - 0" (litteris).**

**Pois é, ao que consta, o Banco Ficsa não tem nenhum liame com o Estado do Ceará, e ainda assim, possui 11.418 devedores nesse estado ! Necessário, portanto empenho da Comissão de Credenciamento pela constatação de tais dados, e em sendo necessário efetivar diligências junto ao BCB, a fim de que tal controvérsia se esclareça.**

Entrementes, seja por não reunir o número de operações de um único banco, como também, pela discrepância dos dados apresentados ante o documento ora apresentado, falta qualificação técnica à BANDEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS para credenciar-se nos moldes previstos no edital de, impondo-se, por esse motivo, a decretação sua inabilitação no presente certame

Dessa maneira, resta também, absolutamente comprovada A FALTA DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, NOS MOLDES PREVISTOS 6.3.1.3 DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO POR PARTE DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS BANDEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS, impondo-se, TAMBÉM POR ESSE MOTIVO, por ser de justiça, a declaração de sua INABILITAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO no presente certame.

## **II - QUANTO À EMPRESA BUREAX DE NEGÓCIOS E SERVIÇOS LTDA:**

Para fins de Qualificação Técnica, o Edital de Credenciamento teceu especificações precisas acerca da forma, características e conteúdos dos atestados apresentados com essa finalidade.

---

*Av. Santos Dumont, 1699 – sala 101 – Aldeota – CEP: 60.150-160 - Fortaleza/Ce  
Fone/Fax (0xx85) 4008.0808 CNPJ: 02.339.872/0001-04  
e-mail : [solucaoltida@ig.com.br](mailto:solucaoltida@ig.com.br)*



*Solução Ltda.*

O atestado de capacidade técnica apresentado pela BUREAX está em desacordo com o exigido pelo Edital de Credenciamento, a saber:  
BANCO FIBRA – Dados colhidos junto ao Banco Central do Brasil: **(documento "3", anexo).** "Quantidade de agências 15" ; Quantidade de contas de depósito à vista – 12.329, em 12/2010"; Quantidade de postos – 0" (litteris). **Pois é, na matriz da empresa o banco tem menos operações do que no Ceará (12.630). Repete-se o manifestado acima – "Necessário, portanto empenho da Comissão de Credenciamento pela constatação de tais dados, e em sendo necessário efetivar diligências junto ao BCB, a fim de que tal controvérsia se esclareça, de tudo dando-se ciência a todos os participantes, e em especial à empresa in fine signatária".**

Resta, portanto, comprovada a imprestabilidade do ATESTADO para fins de comprovação da qualificação técnica, razão pela qual, IMPÕE-SE A SUA INABILITAÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO EM FACE DO DESATENDIMENTO AO ITEM 6.3.1.3 E 8.1,I, DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

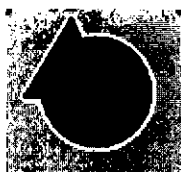
### **III – QUANTO À EMPRESA PASCHOALOTTO SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA:**

Para fins de comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, o Edital de Credenciamento oferece àquelas empresas cujos índices estampados pelo SICAF igual ou menor que 1,00 (um) – item 6.2.1.11, a oportunidade de comprovarem através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, **apresentados na forma da legislação aplicável.**

A empresa PASCHOALOTTO, havendo ostentado índice igual a 1,00 (um) no SICAF, pretendeu utilizar o seu Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira. Restou frustrada sua empreitada, entretanto.

A recorrida apresentou Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultados em desconformidade com a legislação aplicável, eivando de nulidade tais instrumentos.

As ilegalidades, aliás, foram PRONTAMENTE IDENTIFICADAS E REPELIDAS, MEDIANTE A INABILITAÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO PERANTE O BANCO DO



*Solução Ltda.*

BRASIL - CSL/BELO HORIZONTE onde tramita procedimento de credenciamento para o mesmo objeto.

Resta, portanto, comprovada a imprestabilidade dos demonstrativos contábeis para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, razão pela qual, IMPÕE-SE A SUA INABILITAÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO EM FACE DO DESATENDIMENTO AO ITEM 6.2.1.9, 6.2.1.11 E 8.1,I, DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

#### **IV - SERVOB - SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E COB LTDA:**

No que concerne à Qualificação Econômico-Financeira, o Edital de Credenciamento oferece àquelas empresas cujos índices estampados pelo SICAF igual ou menor que 1,00 (um) - item 6.2.1.11, a oportunidade de comprovarem através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, **apresentados na forma da legislação aplicável.**

A empresa SERVOB, havendo ostentado índice igual a 1,00 (um) no SICAF, pretendeu utilizar o seu Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira. Restou frustrada sua empreitada, entretanto.

Em sua tentativa de comprovação, juntou Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados e Termos de Abertura e Encerramento do respectivo livro RAZÃO GERAL.

Cometeu ERRO GRAVE, INSANÁVEL NESTA FASE DO PROCEDIMENTO, ao juntar TERMO DE ABERTURA QUE NÃO CORRESPONDE AO TERMO DE ENCERRAMENTO, PADECENDO, PORTANTO, DE CAPACIDADE PARA PRODUZIREM AS PROVAS PRETENDIDAS, ESPECIALMENTE A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

No Termo de Abertura noticia-se "CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 96 (NOVENTA E SEIS FOLHAS NUMERADAS MECANICAMENTE DE 1 (UM) A 96 (NOVENTA E SEIS),....". No Termo de Encerramento, por sua vez, noticia-se "CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 69 (SESSENTA E NOVE) FOLHAS NUMERADAS MECANICAMENTE .....".

8





*Solução Ltda.*

Não há, portanto, como aferir a regularidade dos demonstrativos acostados pela SERVCOB. Não estão eles inseridos em livro contábil gravado de acordo com a legislação aplicável com exige o Edital de Credenciamento.

**OUTRO EQUÍVOCO, MAIS GRAVE E TAMBÉM INSANÁVEL NESTA FASE DO PROCEDIMENTO. O TERMO DE ENCERRAMENTO TRAZIDO PELA SERVIÇO É DE OUTRA EMPRESA – VMC – COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME.**

Resta, portanto, comprovada a imprestabilidade dos demonstrativos contábeis para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, razão pela qual, IMPÕE-SE A SUA INABILITAÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO EM FACE DO DESATENDIMENTO AO ITEM 6.2.1.9, 6.2.1.11 E 8.1,I, DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

**V – QUANTO À EMPRESA CERCRED – CENTRAL DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS LTDA:**

Para fins de Qualificação Técnica, o Edital de Credenciamento teceu especificações precisas acerca da forma, características e conteúdos dos atestados apresentados com essa finalidade.

Ambos os atestados de capacidade técnica apresentados pela CERCRED estão em desacordo com o exigido pelo Edital de Credenciamento, a saber:

BANCO PANAMERICANO – CNPJ apresentado na certidão de cadastramento fls. 07/10: 29.285.411/0001-3. Consultado site da Receita Federal para constatação de regularidade do emissor da certidão. Resposta automática do site:

Contribuinte,

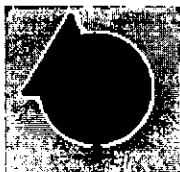
**Número do CNPJ : 29285411000113**

O número do CNPJ não é válido. Verifique se o mesmo foi digitado corretamente.

Consulta realizada em 2/2/2011 às 14:30:05

Vide documento "4" em anexo.

*Av. Santos Dumont, 1699 – sala 101 – Aldeota – CEP: 60.150-160 - Fortaleza/Ce  
Fone/Fax (0xx85)4008.0808 CNPJ: 02.339.872/0001-04  
e-mail : [solucaoltida@ig.com.br](mailto:solucaoltida@ig.com.br)*



**Solução Ltda.**

Ainda sobre o Banco Panamericano, dados colhidos junto ao Banco Central do Brasil: **(documento "5", anexo)**. "Quantidade de agências "1" ; Quantidade de contas de depósito à vista - 2.451, em 12/2010"; Quantidade de postos - 0" (litteris). **Em resumo, na matriz da empresa o banco tem menos operações do que no Ceará (11.942). Repete-se, ainda mais uma vez o manifestado acima** - "Necessário, portanto empenho da Comissão de Credenciamento pela **constatação** de tais dados, e em sendo necessário **efetivar diligências junto ao BCB, a fim de que tal controvérsia se esclareça**, de tudo dando-se ciência a todos os participantes, e em especial à empresa *in fine* signatária".

**Entretanto, no nosso parco entendimento, a ausência de dado essencial a constatação da regularidade fiscal do emitente da certidão (CNPJ) macula todo o documento, tornando-o imprestável de consideração para os fins a que se destinava.**

BANCO HSBC - No atestado subscrito pelo Banco HSBC, ONDE DEVERIA CONSTAR O CNPJ DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, CONSTA O CNPJ DA EMPRESA BENEFICIADA (CERCRED). NÃO CONSTA NO ATESTADO, PORTANTO, O NÚMERO DO CNPJ DO BANCO HSBC.

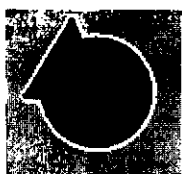
Não bastasse o VÍCIO INSANÁVEL QUE ATINGE O ATESTADO DO HSBC, OUTRO EQUÍVOCO, NO MESMO ATESTADO, INUTILIZA-O POR COMPLETO, QUAL SEJA, O NÚMERO DO CNPJ QUE PRESTAR-SE-IA A IDENTIFICAR A EMPRESA BENEFICIÁRIA, É ABSOLUTAMENTE DIFERENTE DO NÚMERO DO CNPJ DA CERCRED.

Resta, portanto, comprovada a imprestabilidade dos ATESTADOS para fins de comprovação da qualificação técnica, razão pela qual, IMPÕE-SE A SUA INABILITAÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO EM FACE DO DESATENDIMENTO AO ITEM 6.3.1.3 E 8.1,I, DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

#### **VI - QUANTO À EMPRESA CSU - CARDSYSTEM S/A:**

O procedimento de credenciamento/licitação constitui, por excelência, processo formal baseado em documentos previamente definidos pelos termos editalícios.

No presente credenciamento também há de prevalecer o aspecto formal, documental, capazes de assegurar, dentre outros requisitos legais, a



*Solução Ltda.*

observância dos princípios da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, entre outros.

O item 6.3.1.1 estabeleceu NÃO SÓ A OBRIGATORIEDADE, MAS TAMBÉM A FORMA DO REQUERIMENTO a ser apresentado para fins de participação no credenciamento. Não poderia ser diferente. O Requerimento constitui o documento primeiro, essencial, através do qual o pretendente REQUER, PEDE, SOLICITA SEU CREDENCIAMENTO, MANIFESTA SEU INTERESSE EM CONTRATAR. Referido documento, dada a sua importância, deve, mesmo após o procedimento, ficar em arquivo durante o período da execução contratual, pois reproduz a manifestação volitiva de contratar.

Também é através do Requerimento que o pretendente ao credenciamento firma as diversas DECLARAÇÕES EXIGIDAS pelo Edital.

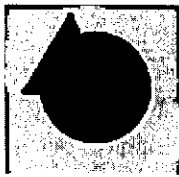
Assim, observa-se que a CSU NÃO PREENCHEU O FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO, DEIXANDO DE INDICAR O NÚMERO DO LOTE QUE PRETENDIA PARTICIPAR. Em assim procedendo, DESATENDEU OS ITENS 6.3.1.1 E 8.1,I DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

Não há falar em eventual SUBSTITUIÇÃO DO REQUERIMENTO DEVIDAMENTE PREENCHIDO POR ENVELOPE APRESENTADO PELA EMPRESA. Aquele (requerimento) constitui documento hábil, com previsão editalícia quanto à forma e ao preenchimento, este (envelope) constitui mero invólucro, alheio aos autos e imprestável para fins de comprovação, seja a que título for.

Resta, portanto, comprovado o DESATENDIMENTO DOS ITENS 6.3.1.1 E 8.1,i, DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO, razão pela qual, IMPÕE-SE A SUA INABILITAÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO.

Assim, senhora Presidente, em que pese o zelo que a douta Comissão de Credenciamento costuma empregar aos processos sob sua responsabilidade, no presente caso, patente estão os equívocos, por certo involuntariamente, praticados.

Resta, portanto, já que os prefalados equívocos afrontam direitos da recorrente e os preceitos legais sobre a matéria, a sua imediata reparação, por ser de justiça.



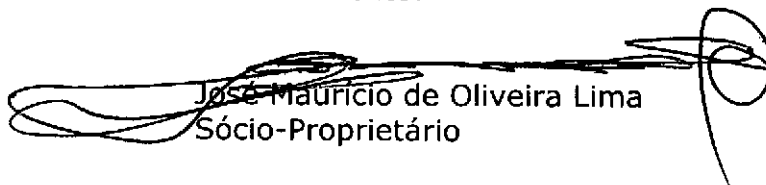
*Solução Ltda.*

## **DO PEDIDO**

*Ex positis, **REQUER.***

1. Seja o presente recurso recebido e processado na forma da lei;
2. Seja reformada a decisão que considerou habilitadas/classificadas as empresas: (i) Bandeira Advogados Associados; (ii) Bureaux de Negócios e Serviços Ltda; (iii) Paschoalotto Serviços Financeiros Ltda; (iv) Servcob - Serviço de Recuperação de Créditos Ltda; (v) Cercred - Central de Recuperação de Créditos Ltda; e, (vi) CSU Cardsystem S/A, para o certame em epígrafe, pelos fatos e fundamentos fartamente comprovados.
3. Seja a RECORRENTE, SOLUÇÃO LTDA. - EPP, reposicionada para fins de ordem classificatória perante as empresas remanescentes.

Nestes termos  
P. deferimento.

  
José Maurício de Oliveira Lima  
Sócio-Proprietário